



## **POR UMA INTRODUÇÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA CATEGORIA ESPAÇO NOS ESTUDOS DO PATRIMÔNIO**

---

**Rafael Teixeira da Silva**  
*UNESP-Rio Claro*

### **Resumo**

O presente artigo é uma introdução sobre a importância que a conceptualização do espaço possui no estudo do patrimônio. Constata-se que o estudo do patrimônio figura, muitas vezes, como um adendo das pesquisas relacionadas com o turismo. Devido a este fato propõe-se levar em consideração as relações entre patrimônio e geografia, buscando contribuir para a aproximação destes dois domínios de conhecimentos por meio do debate da categoria espaço segundo três abordagens: o espaço enquanto ambiente material; o espaço enquanto diferença; e o espaço enquanto espacialidade social. Ao ressaltar que nenhuma perspectiva apresentada consegue, isoladamente, compreender o papel desempenhado por essa categoria conceptual no estudo do patrimônio, foi realizado um breve balanço sobre os principais aspectos que cada vertente da teoria espacial trazem para o estudo do patrimônio. Desse modo, buscou-se incitar novas possibilidades de interlocuções entres estes dois campos de conhecimento.

**Palavras-chave:** Geografia, Espaço, Patrimônio.

## **TOWARDS AN INTRODUCTION TO THE IMPORTANCE OF SPACE IN HERITAGE STUDIES**

---

### **Abstract**

This paper seeks to introduce the importance of the spatial conceptualization in heritage studies. It appears that the study of heritage is displayed, many times, as an addendum of research related to tourism. Regarding the relations between heritage and geography, our goal is to bring together two realms of knowledge by debating the spatial category within three approaches: the space as material environment; the space as difference; and the space as social spatiality. It is noteworthy that none of the perspectives brought forward can solely comprehend the role played by this conceptual category in the heritage studies. Therefore, we conducted an evaluation of the main aspects that each spatial theory brings to the heritage studies. In this way, we sought to encourage new possibilities for dialogue among these two fields of knowledge.

**Keywords:** Geography, Space, Heritage

## INTRODUÇÃO

O principal objetivo desta investigação é o de aproximar dois domínios de conhecimentos distintos, mas que são o tema central de inúmeros trabalhos publicados em periódicos e revistas científicas, o patrimônio e a geografia. Em alguns estudos realizados na geografia, o patrimônio figura como um adendo das pesquisas relacionadas com o turismo, o que limita e isola sua pesquisa. Ao reconhecer que o patrimônio é um fenômeno basicamente espacial e que exerce um papel essencial na significação, representação e identidade dos lugares, que pode levar a identificação de pessoas e grupos, é possível detectar alguns pontos de confluência entre as duas áreas. Além disso, ao se apresentar como um elemento importante no processo de desenvolvimento regional e planejamento urbano, o patrimônio constitui uma área de extrema importância para o campo geográfico, seja como um bem cultural ou econômico (GRAHAM et al., 2000).

Apesar das diferentes concepções de espaço parecerem claras e explicativas, esta continua a ser uma categoria prolixa, rudimentar e que apresenta certas dificuldades na sua definição (HUBBARD, 2005), sendo que seu significado vem se transformando continuamente, em consonância com os paradigmas vinculados à geografia (SARMENTO, 2004, p. 28). Devido à falta de concordância entre vários autores sobre a definição de espaço, procura-se expor, brevemente, as concepções mais relevantes sobre o tema, contrastando alguns pontos cardeais de cada teoria. Tal debate coloca-se como necessário devido ao fato de muitas linhas de pensamento social ignorar, constantemente, a dimensão espacial dos fenômenos sociais.

Na presente análise, propõe-se levar em consideração as relações entre patrimônio e geografia, buscando contribuir para a aproximação destes dois domínios de conhecimentos por meio de um debate da categoria espaço e seus contributos para o estudo do patrimônio.

## A QUESTÃO DO ESPAÇO

A partir da pressuposição de que há mais no debate das diferentes concepções espaciais do que, aparentemente, possa parecer, Simonsen (1996) alicerça seus argumentos baseados na reflexão de que a conceptualização e utilização do espaço na teoria social estão relacionadas, e até mesmo motivam a forma como pensar sobre a teoria social em si. Com o propósito de identificar as concepções espaciais mais relevantes, por meio de um debate sobre as consequências que a formação de diferentes conceitos espaciais tem na teoria social, a autora classifica as diferentes vertentes da teoria espacial em três tipos de abordagem. Essas três abordagens são teorizadas, segundo Simonsen (1996, p. 495), ao definir o espaço como: ambiente material (*space as material environment*); diferença (*space as difference*); e espacialidade social (*space as social spatiality*). Assim, segue-se a especificação dessas vertentes contendo os aspectos dominantes que cada uma possui, sendo importante ressaltar que, embora sejam suportadas por perspectivas epistemológicas diferentes, tais vertentes são complementares.

### ***O espaço enquanto ambiente material***

O espaço enquanto ambiente material socialmente produzido possui três dimensões diferentes, mas que estão interconectadas: a dimensão material, que compreende a produção do ambiente material – paisagem, infraestrutura e as coisas materiais de modo geral –, direta ou indiretamente; a dimensão funcional, ou seja, os usos do ambiente material que vão desde a preparação da natureza para a produção até às formas materiais criadas nas práticas sucedidas no dia-a-dia; e a dimensão da significância, que envolve a atribuição de significado simbólico ao ambiente material, ou seja, o reconhecimento de que significados simbólicos são imputados no ambiente material segundo o contexto social e cultural, no qual, se encontram (SIMONSEN, 1996, p. 497-498). Cabe ressaltar, como lembra Cachinho (1999, p. 49), que a articulação desses elementos está em constante transformação – por meio dessa tríade, o espaço se torna uma realidade objetiva/subjetiva, empírica/imaginável e descritível/interpretativa –, e que devido às suas características é percebida e vivenciada de modo singular pelos vários atores sociais.

Retornando à tríade mencionada, a primeira dimensão (material) manifesta-se como um quadro físico, ou seja, uma realidade fixa que não possui protagonismo, simplificando sua existência à função de ser conduzido segundo as estratégias do capital (CACHINHO, 1999, p. 49). Ao visualizar o ambiente material como um conceito independente, Harvey (1978, p. 124) encara o mesmo como um objeto de investimento. Ao pensar a paisagem geográfica como resultante da ação do capital – que se representa na forma de paisagem criada por valores de uso que realçam e aumentam a acumulação progressiva do capital – este autor considera que tal paisagem expressa, ao mesmo tempo, o poder do capital sobre o trabalho, de forma que aprisiona e coíbe o processo de acumulação dentro de um conjunto de restrições físicas específicas.

Ao se confundir com as atividades que os seres humanos realizam, o espaço renuncia sua simples existência como um palco, pois, ao adquirir um valor de uso o mesmo perde sua neutralidade. O valor de uso está relacionado com a funcionalidade – segunda dimensão – que o ambiente material assume perante aos indivíduos que neste se encontram. Assim, áreas residenciais, industriais, comerciais, de serviço ou lazer, acabam por ser qualificadas de acordo com o valor de uso concedido por um indivíduo ou grupo (CACHINHO, 1999).

Os significados simbólicos – terceira dimensão – assumidos pelo ambiente material não são qualidades inerentes ao mesmo. São na verdade atribuídos pelo contexto cultural e social no qual estão inseridos (SIMONSEN, 1996). Claramente, é a incorporação das práticas sociais no espaço material que gera tais significados ou valores simbólicos. Tal fato leva à constatação de que havendo um deslocamento ou mudança das práticas realizadas nestes ambientes, ocorre a alteração de suas funções, logo de seus significados. Deve-se lembrar ainda que, mesmo apresentando uma incumbência efetiva nas práticas sociais, a dimensão simbólica não se apresenta como um agente ativo na transformação do ambiente material.

Não pode ser esquecido que independente da discussão sobre espaço enquanto ambiente material por si só, o debate sobre o tema nunca será exaurido na teoria social. O ato de inscrever o espaço somente no âmbito do ambiente material

limita-o a uma função inerte ao torná-lo na substância das coisas criadas como consequência das práticas sociais.

### ***O espaço enquanto diferença***

A emissão de um exame teórico sobre o espaço assume, nesta perspectiva, uma posição muito adversa da anteriormente mencionada. O que há de fundamental na concepção do espaço enquanto diferença é que diferentes lugares, regiões ou localidades são primordialmente dessemelhantes, tanto no âmbito material quanto no imaterial (SIMONSEN, 1996). Essa diferença estaria baseada nas influências exercidas nos processos e na vida social. Sendo assim, mesmo que assumindo posições ontológicas e epistemológicas diversas, tal vertente é desenvolvida, concomitantemente, no debate contemporâneo por três linhas de pensamento, entre elas o realismo, o pós-modernismo e o pós-estruturalismo.

A linha de pensamento ligada ao realismo crítico proporciona conceptualizações divergentes sobre o espaço. O posicionamento de alguns autores (SAYER, 1985; DUNCAN, 1989) envolve a expressão “*the difference that space makes*”, que destaca o âmbito social e o espacial, separadamente, baseado em peculiaridades epistemológicas entre as pesquisas realistas abstratas e concretas. Para suportar os argumentos apresentados, alguns autores defendem que para que o espaço faça a diferença, deve haver uma separação entre relações necessárias – processos sociais e poderes causais – e relações contingentes – localizadas no nível concreto que determina a existência dos poderes causais e como estes irão agir (SIMONSEN, 1996). Ao localizar o espaço no nível concreto, esta abordagem expressa os processos sociais e os poderes causais como não espaciais, sendo que estes terão resultados e consequências heterogêneas de acordo com os lugares que se encontram e das relações com outros poderes e objetos desses lugares. A função do espaço situa-se nesta perspectiva na diferença que este produz, ressaltando que a dimensão espacial permanece passiva e estática, pois fica reduzida às condições de funcionamento dos processos sociais.

Na interpretação do espaço enquanto diferença, encontrada em alguns entendimentos geográficos do pós-modernismo, averigua-se a existência de inúmeras posições, o que torna irreal a exposição de todas nesta breve apresentação. Ao voltar o foco para os argumentos e o conceito-chave apresentado por Jacques Derrida de *différence*, o termo é empregado pelo autor para caracterizar o movimento estrutural que produz diversos efeitos nos sistemas semióticos, transformando num jogo formal de diferenças os processos de significação. Derrida (1972: 27) afirma que devido ao fato de não poder conceber o teor do conceito de *différence* sob as bases da oposição entre presença/ausência, o mesmo deve ser considerado como um jogo sistemático de diferenças e espaçamentos – simultaneamente ativo e passivo – que seria o meio de ligação entre elementos.

Segundo Simonsen (1996: 501), a proposta filosófica de Derrida é uma crítica brusca ao conceito central pré-moderno e moderno do sujeito oposto ao objeto. O pensamento pós-moderno possui, segundo Simonsen (1996), um cariz de crítica ao projeto da modernidade e reivindicação pela universalidade, sendo traduzido como uma ênfase teórica e filosófica sobre a diferença. Ao contrário do que

considerava o discurso moderno – ao subordinar o espaço e as singularidades, e fortalecer o tempo numa tendência de totalização – o discurso pós-moderno acaba por promover uma sensibilidade pelo espaço e também pela diversidade, multiplicidade e fragmentação, distanciando-se da universalização.

A última vertente a abordar o espaço enquanto diferença no pensamento geográfico é a pós-estruturalista. Ao relacionar a discussão do espaço com debates associados aos escritos feministas, aos pós-colonialistas e à crítica literária da linguagem espacializada, os partidários desta corrente reivindicam novas posições propiciadas pela linguagem, das quais poderiam servir como base para políticas de posicionamento e identidade (SIMONSEN, 1996, p. 502). Tais partidários utilizam metáforas espaciais a partir de conceitos como de posição, centro/margem, localização, entre outros, no sentido de enfatizar a diferença como uma multiplicidade qualitativa, por serem sensíveis ao discurso.

Num trabalho representativo deste pensamento, Barnes e Duncan (1992:4-5) visaram demonstrar a importância da escrita e da representação na geografia humana utilizando como foco a paisagem. Os autores acentuam que “escrita” se refere, de modo amplo, a atividades como a elaboração de mapas, esboços e mesmo a pintura, por acreditar que tais atividades consistem em representar a paisagem. Essa dilatação do entendimento de “escrita” ou “texto” procura abranger uma diversidade de produções culturais e instituições políticas, econômicas e sociais, que podem ser “lidas” enquanto “práticas significantes” (CACHINHO, 1999, p. 55). Segundo Barnes e Duncan (1992, p. 5), seus argumentos consistem num conjunto de três conceitos centrais – texto, discurso, e metáfora – que eclodem a partir da literatura sobre a produção e representação de textos. Estes autores (1992, p. 7) vão além dessa constatação, para afirmar que não é somente suas considerações do mundo que são intertextuais, julgam que o mundo em si é intertextual.

Contudo, estas perspectivas vêm sendo objeto de várias críticas que discutem o emprego de metáforas espaciais e suas relações com a espacialidade social e material. Apesar de levantarem questões importantes sobre os regimes de poder, as representações e as políticas de identidade, a questão central incide, nesta concepção, não sobre o espaço em si, mas sobre a diferença social e cultural (SIMONSEN, 1996, p. 502). Além disso, concepções específicas e questionáveis do espaço podem vir a ser o resultado da aplicação de metáforas espaciais no discurso, devido à absorção de questões políticas não intencionais (CACHINHO, 1999). Por estes motivos indaga-se sobre a possibilidade da existência de tais diferenças descontextualizadas, ou mesmo, da emancipação dessas diferenças do espaço nas quais acontecem.

### ***O espaço enquanto espacialidade social***

A última vertente conceptual do espaço a ser trabalhada tem sua origem nas práticas e/ou nos processos sociais. Concebido como espacialidade social o espaço apresenta-se, nesta perspectiva, baseado no entendimento de que as formas espaciais são parte constituinte das práticas e/ou processos sociais (SIMONSEN, 1996). Tais práticas e processos estão, inerentemente, situados no

espaço e possuem uma dimensão espacial intrínseca que compreendem fenômenos das mais distintas escalas da vida social, variando desde práticas locais do cotidiano até processos internacionais de divisão do trabalho.

Os principais fundamentos que sustentam a presente abordagem são representados, em sua maioria, pelos pensamentos expostos por Lefebvre (1991; versão original em francês de 1974) em *La production de l'espace*. Devido à impossibilidade de um amplo aprofundamento sobre esta consagrada obra, o enfoque será voltado às principais ideias manifestadas pelo autor, visando apreender os elementos essenciais da concepção e dos processos de produção do espaço.

Na busca pelo desenvolvimento de uma “ciência do espaço”, Lefebvre (1991, p. 16) aponta que seu projeto propõe expor o processo de produção do espaço por meio da convergência de vários tipos de espaço e as circunstâncias de suas origens, em uma única teoria, com o intuito de revelar ou construir uma união entre campos que são apreendidos separadamente – o campo físico, mental e social. Nesse sentido, Lefebvre argumenta que “[...] os reinos da percepção, do simbolismo e da imaginação, apesar de distintos, não são separáveis dos espaços físicos e sociais” (SARMENTO, 2004, p. 29). Ao começar pela afirmação de que o espaço (social) é um produto (social), este autor (1991, p. 26) examina de modo cuidadoso e detalhado as implicações e consequências desta noção. Ao defender que o espaço (social) não é constituído por um acervo de coisas, nem de um conjunto de dados sensoriais, Lefebvre (1991, p. 27) pretende confirmar sua hipótese sobre o caráter social do espaço.

A proposição inicial de Lefebvre (1991), de que o espaço (social) é um produto (social), leva-o a analisar quais as implicações dessa afirmação central. Sendo assim, Lefebvre (1991, p. 31) considera como uma das principais consequências de sua afirmação, o fato de que toda sociedade, logo todo modo de produção, produz seu próprio espaço. Para o autor francês (1991, p. 32), o espaço social compreende: as relações sociais de reprodução (relações bio-fisiológicas entre diferentes grupos diferenciados pelo sexo, pela idade, assim como pela organização da família) e as relações de produção (divisão social do trabalho e sua organização hierárquica de funções sociais).

O advento do capitalismo “moderno” deixou tais relações mais complexas, levando em consideração três níveis inter-relacionais: 1) reprodução biológica; 2) reprodução da força de trabalho; 3) reprodução das relações sociais de produção. Não obstante, devem ser levadas em conta as representações específicas desta dupla ou tripla interação – entre as relações sociais de produção e reprodução –, pois considera-se que são as representações simbólicas que trabalham para manter as relações sociais em coexistência e coerência.

O debate teórico proporcionado por Lefebvre aflora uma tríade conceitual que pretende revelar as relações sociais envolvidas na produção do espaço. Segue abaixo a particularização dos elementos mais relevantes desta tríade que é composto por: *prática espacial*, *representações do espaço* e *espaços de representação*.

A *prática espacial* compreende a produção e reprodução do espaço, a localização e os conjuntos espaciais que caracterizam cada formação social. A prática espacial assegura ainda, uma continuidade e certo grau de coesão às formações sociais, o que conduz a um nível garantido de competência e desempenho – referente ao espaço social e à relação de cada membro da sociedade com este espaço. O espaço de uma sociedade é expelido/elaborado pelas práticas sociais desta, que pressupõem este espaço numa relação dialética. Assim, a sociedade produz espaço ao longo que o domina e apropria-se deste (LEFEBVRE, 1991, p. 33-38). A espacialidade vinculada é o *espaço percebido*, concebido nas inter-relações e na dialética entre sistemas institucionais e experiências e práticas cotidianas (SIMONSEN, 1996, p. 503).

As *representações do espaço* estão ligadas às relações de produção e à disposição ou ordenamento estabelecidos por tais relações. Em consequência, consistem ainda, no conhecimento, signos, códigos e relações “frontais” acerca do espaço. É o espaço dominante em qualquer sociedade, sendo conceptualizado por cientistas, urbanistas, tecnocratas e engenheiros sociais – que identificam o que é vivido e percebido com o que é concebido (LEFEBVRE, 1991, p. 33-39). Portanto, a espacialidade que se encontra relacionada é a do *espaço concebido*.

Por fim, encontram-se os *espaços de representação* que englobam complexos simbolismos inerentes à arte e ao aspecto clandestino ou encoberto da vida social. É o espaço vivido diretamente pela sua associação a imagens e símbolos. Por conseguinte, é o espaço dominado, o espaço dos “habitantes”, dos “utentes” e mesmo de alguns artistas, no qual, os mesmos buscam sua modificação e apropriação. Repleto de elementos simbólicos e imaginários, estes espaços tem sua procedência ligado à história – de um povo e de cada indivíduo pertencente ao coletivo – e não obedecem a regras de consistência e coesão. A espacialidade aqui encontrada é a do *espaço vivido*, lembrando que, este espaço pode vir a ser propenso a um sistema mais ou menos coerente de símbolos e signos não verbais (LEFEBVRE, 1991, p. 33-41).

É primordial ressaltar que no interior desta tríade encontra-se uma relação dialética entre o espaço percebido, o concebido e o vivido (em termos espaciais: prática espacial, representações do espaço e espaço de representações). Mesmo que suscetível a uma divisão, os três tipos de espaço são sustentados por meio de complexas relações tão singulares quanto os períodos históricos e os modos de produção.

Em suma, sobre o posicionamento do espaço enquanto espacialidade social pode-se dizer que: (i) sua conceptualização tem como ponto de partida o social – não podendo ser retratada como uma categoria independente –; (ii) as práticas e os processos sociais são situados no espaço e no tempo, portanto sua teorização e compreensão são inseparáveis do tempo; (iii) e, por fim, existe a possibilidade de incorporação do espaço na teoria social como uma categoria simbólica e existencial (SIMONSEN, 1996, p. 505). Sobre este último ponto, o mesmo tem sido explorado nos trabalhos da geografia humanista fenomenológica, sobretudo, relacionado com a discussão sobre o sentido de lugar.



### O espaço no estudo do patrimônio

Registrado de modo sucinto as principais ideias que cercam o debate sobre o espaço enquanto ambiente material, diferença e espacialidade social, considera-se que as três vertentes levantam questões importantes, no entanto, não conseguem reunir num único conjunto de conhecimentos todos os aspectos da teoria espacial relevantes ao estudo do patrimônio. Neste panorama, foi feito um curto balanço sobre os aspectos gerais de cada vertente da teoria espacial para o estudo do patrimônio.

Enquanto ambiente material, o espaço tem sua importância ligada a todo um esquema que envolve sua utilização e que proporciona aos agentes meios de ação, através de um conjunto de elementos socialmente produzidos. As práticas patrimoniais são, muitas vezes, baseadas na troca de sentimentos e ideias como orgulho e nostalgia, o que envolve a construção de narrativas sobre a interpretação do patrimônio e a transmissão de significados aos sítios possuidores destes. Os componentes físicos do patrimônio arquitetônico são relevantes para tais práticas, já que o mesmo está pautado nas suas características e em sua localização ou distribuição espacial, porém estes elementos não conseguem abranger toda sua complexidade, pois o patrimônio possui uma forte conexão com sua localização e suas atribuições, mas é inseparável e pertence às pessoas.

O espaço enquanto diferença está circunscrito na ideia de que lugares, regiões e localidades são diferentes – tanto no sentido material quanto no imaterial – e que tais diferenças constituem as condições para o desempenho de práticas e processos sociais. Essas diferenças são desenvolvidas pelos aspectos espaciais encontradas nas práticas e processos mencionados, em outras palavras, pela espacialidade social. A utilização do patrimônio, varia em cada sociedade apresentando concepções e componentes distintos. No entanto, desde a Carta de Atenas (1931) já são encontrados traços de uma abordagem mais homogênea sobre o patrimônio, que alcançam seu auge com a mundialização dos valores e padrões ocidentais e outros elementos relacionados à patrimonialização.

O espaço enquanto espacialidade social pode ser considerado a aproximação mais expressiva no estudo do patrimônio na contemporaneidade. Apesar da tentativa elaborada pelos conceitos modernistas de “fixar” o espaço por meio da criação de estados-nações, da subordinação das diferenças e da difusão de ideologias predominantes, o espaço não é uma dimensão independente. O espaço é mutável e encontra-se em constante mudança por ser produto de processos sociais, culturais e políticos. Ao considerar que o espaço é produzido e reproduzido e que, ainda, representa o sítio e as consequências do embate social, político e econômico, o patrimônio manifesta-se como um elemento chave nos processos de produção e reprodução das relações de poder. Diante do exposto, constata-se que a espacialidade social abarca, simultaneamente, uma esfera concreta e uma esfera simbólica, que devem ser avaliadas no âmbito de suas interações múltiplas. Ao analisar o patrimônio como “espaço cultural” ou “espaço econômico”, na realidade, estamos discutindo as várias facetas do mesmo fenômeno que envolve, simultaneamente, a concretização objetiva de uma “produção” e as leituras simbólicas que tornam possível a afiliação de novos significados ao patrimônio.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate sobre o papel da conceptualização do espaço no estudo do patrimônio não é um tema recorrente nos estudos geográficos, fato que deixa em aberto um extenso campo a ser explorado e refletido. Ao aproximar dois domínios de conhecimento, o patrimônio e a geografia, foi verificado que nenhuma vertente da teoria espacial consegue abranger totalmente a complexidade das questões que cercam o patrimônio. Contudo, ao contemplar o seu caráter dinâmico, o espaço enquanto espacialidade social, pode ser considerada a aproximação mais expressiva no estudo do patrimônio na contemporaneidade, pois apresenta o mesmo como produto de processos sociais, culturais e políticos que se encontram em constante mudança. Esta vertente compreende, simultaneamente, uma esfera concreta e outra simbólica, e as múltiplas interações que representam as várias facetas do mesmo fenômeno. Por fim, deve-se ressaltar que independente de abordar o patrimônio enquanto um “espaço cultural” ou um “espaço econômico”, o mesmo deve ser visto como a materialização de uma “produção” e as interpretações simbólicas que possibilitam a inscrição de novos valores ao patrimônio.

## REFERÊNCIAS

- BARNES, T. DUNCAN, J. **Writing Worlds: discourse, text and metaphor in the representation of landscape**. Londres: Routledge, 1992.
- CACHINHO, H. **O Comércio Retalhista Português na Pós-modernidade: sociedade, consumidores e espaço**. Tese de Doutoramento em Geografia Humana, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999.
- DERRIDA, J. **Positions**. Paris: Minut, 1972.
- DUNCAN, S. Uneven development and the difference space makes. **Geoforum**, n. 20 p. 131-39, 1989.
- GRAHAM, B. ASHWORTH, G.J. TUNBRIDGE, J. E. **A Geography of Heritage: Power, Culture and Economy**. Londres: Arnold, 2000.
- GREGORY, D. **Geographical imaginations**. Oxford: Blackwell, 1994.
- HARVEY, D. The urban process under capitalism: a framework for analysis. **International Journal of Urban and Regional Research**, n. 2, p. 101-33, 1978.
- HUBBARD, P. Space/Place. In: **Cultural Geography: A Critical Dictionary of Key Concepts**. Londres: I.B. Tauris, 2005.
- LEFEBVRE, H. **The production of space**. Trad. Donald Nicholson-Smith. Oxford: Blackwell, 1991.
- SARMENTO, J. **Representação, Imaginação e Espaço Virtual: Geografias de Paisagens Turísticas em West Cork e nos Açores**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2004.
- SAYER, A. The difference that space makes. In: GREGORY, D. e URRY, J. (eds). **Social relations and spatial structures**. Londres: Macmillan, p. 49-67, 1985.
- SHIELDS, R. **Places on the margin – alternative geographies of modernity**. Londres, Routledge, 1991.

SIMONSEN, K. What kind of space in what kind of social theory. **Progress in Human Geography**, 20 (4), p. 494-512, 1996.

Contato com o autor: [rafahts@hotmail.com](mailto:rafahts@hotmail.com)

Recebido em: 18/08/2015

Aprovado em: 05/11/2015